

Acesso universal à Educação Infantil ainda é um desafio

Decisão tomada pelo STF no ano passado determina que crianças de zero a cinco anos sejam atendidas pelo poder público

VANESSA FELIPPE

vanessa.felippe@gruporbs.com.br

Em setembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a oferta de vagas em creches e pré-escolas é de responsabilidade do poder público. A grande novidade, que tem gerado mais repercussão, é sobre as creches, que atendem aos pequenos de zero a três anos de idade.

Até então, a obrigatoriedade constitucional era para a pré-escola, que recebe as crianças de quatro e cinco anos. Agora, segundo a Suprema Corte, todas as crianças de zero a cinco anos devem ser contempladas quando as famílias buscarem vaga. No Brasil, a Educação Infantil é uma atribuição do poder municipal.

Pesquisa realizada pela Federação das Associações de Municípios (Famurs), entre outubro de 2022 e janeiro de 2023, mostra o tamanho do desafio: 52% das 392 prefeituras (são 497 no total no Estado) que responderam aos questionamentos disseram que há fila de espera, em maior ou menor escala, e que não se sentem preparadas para cumprir a decisão do STF.

Levantamento feito por GZH mostra que, apenas nos cinco maiores municípios gaúchos, mais de 12,6 mil crianças de zero a cinco anos estão na fila de espera por vaga, principalmente em creches, onde o déficit é sempre maior do que na pré-escola. GZH consultou as secretarias municipais de Educação de Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Pelotas e Santa Maria.

Entidades

Presidente da Famurs, Paulinho Salerno afirma que respeita a posição do STF e que os municípios precisam de mais ajuda federal.

– A tabela de repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb, deveria ser atualizada.

O Fundeb repassa valor anual para cada município: em 2022, R\$ 9.316,76 por aluno na etapa de creche em turno integral.

GZH
Leia versão
ampliada em
gzh.rs/creh



Prefeituras das maiores cidades alegam dificuldades para vencer demanda reprimida

O dilema, destaca Paulinho, é que o custo é maior: em média, um município gasta, por mês, com cada aluno desta etapa R\$ 1,2 mil ou R\$ 1,3 mil (poderia chegar a mais de R\$ 15 mil anuais, portanto). A conta não fecha.

Levantamento realizado em outubro do ano passado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que as prefeituras gaúchas vão precisar investir mais de R\$ 5,5 bilhões para se adequar à decisão do STF.

O cálculo leva em conta apenas as vagas para creche, ou seja, para crianças de zero a três anos, pois o acesso à pré-escola já era obrigatório, tendo filas de espera menores ou inexistentes, segundo o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

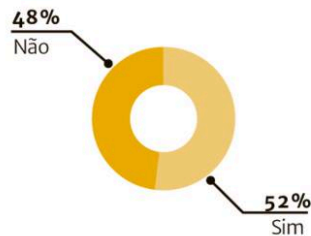
– No Brasil, o investimento seria de R\$ 120 bilhões a mais para cumprir a decisão de imediato e colocar todas as crianças de zero a três anos na creche. Decisão judicial não se contesta, se cumpre, mas me parece que cabe uma reflexão de toda a sociedade: por que só os municípios precisam pa-

gar essa conta? A Constituição fala que garantir a Educação Infantil é dever do Estado. Estado envolve todos os níveis, no nosso entendimento – pondera o dirigente.

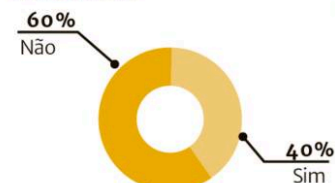
Situação longe do ideal

392 cidades responderam ao questionário da Famurs sobre a obrigatoriedade de oferecer vagas para todas as crianças de 0 a 5 anos

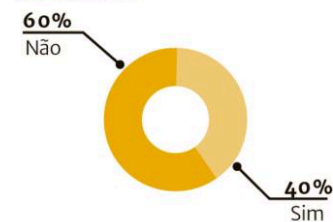
HÁ FILA DE ESPERA DE CRIANÇAS PARA SEREM MATRICULADAS EM CRECHES NO SEU MUNICÍPIO?



HÁ, NO SEU MUNICÍPIO, PRÉDIOS DO GOVERNO ESTADUAL QUE POSSAM SER CEDIDOS PARA ATIVIDADES ESCOLARES?



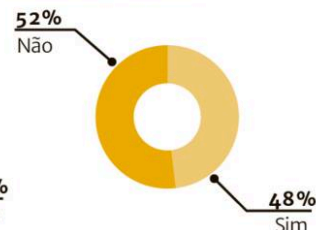
A PREFEITURA TEM PROPRIEDADES OU PRÉDIOS PARA ATENDER À DEMANDA REPRIMIDA?



EXISTEM OBRAS/RECURSOS PENDENTES DO FNDE?



O MUNICÍPIO SE SENTE PREPARADO PARA CUMPRIR A DECISÃO DO STF?



Fonte: Famurs

Caminhos possíveis

Para Cezar Miola, presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o entendimento do STF reconhece uma dívida que o Brasil tem, há muitos anos, com a primeira infância.

– A Educação Infantil, principalmente a creche, ainda não recebeu a atenção e o investimento necessários – explica Miola.

Por meio de nota, a assessoria de imprensa do Ministério da Educação (MEC) afirmou que “o ministro Camilo Santana tem reiterado a disposição e a concentração de esforços para a pactuação de um grande projeto pela qualidade da educação básica, a ser lançado pelo MEC (em fevereiro)”.

Miola aponta alternativas para unir os poderes em prol da educação. Ele cita o novo Fundeb, aprovado no Congresso Nacional em agosto de 2020 e que assegura parte específica para a Educação Infantil: a complementação-VA-AT (valor total anual por aluno, uma das parcelas do Fundeb) reserva 50% do montante transferido pela União a municípios para investimento na Educação Infantil. O fundo é composto por contribuições de Estados, Distrito Federal e municípios e por complementação da União sobre esses valores.

SNE

Outra iniciativa capaz de ajudar os municípios é o Sistema Nacional de Educação (SNE), já aprovado no Senado e que precisa ser votado na Câmara dos Deputados. O projeto que cria o SNE pretende alinhar políticas, programas e ações da União, do Distrito Federal, de Estados e de municípios. A ideia é universalizar o acesso à educação básica e garantir seu padrão de qualidade, erradicar o analfabetismo, cumprir os planos de educação em todos os níveis da Federação e valorizar os profissionais da área, entre outras ações.

Na fila pelo terceiro ano seguido

Somente nas cinco maiores cidades do Rio Grande do Sul, a fila de espera por um lugar para crianças de zero a cinco anos de idade em creches e pré-escolas ultrapassa 12,6 mil vagas.

Enquanto o debate mobiliza o poder público, a enfermeira Sara Ferreira Zuanazzi, 37 anos, segue na batalha da vida real. Mãe de dois filhos, Lisie e Lucca Ferreira Zuanazzi, nove e três anos de idade, respectivamente, ela luta por uma vaga para o caçula na rede municipal de ensino de Porto Alegre desde 2020.

A situação é ainda mais delicada porque o menino é autista. Como o marido trabalha como segurança das 7h às 19h, Sara se desdobra para dar conta de tudo. Justamente por isso, precisa de creche perto de casa, no bairro Santana.

— Pelo terceiro ano seguido, estamos na fila de espera da escolinha que fica mais perto, mas me disseram que tem cerca de 20 crianças na frente do Lucca — disse Sara, no final do mês passado.



O pequeno Lucca Zuanazzi, três anos, ainda não foi contemplado

As alternativas oferecidas devem ficar a até dois quilômetros da casa da família, conforme a Defensoria Pública do Estado. As duas oferecidas para Lucca eram mais distantes do que isso.

Lucca não é um caso isolado. A distância entre a moradia e a escola é reclamação recorrente das famílias. Na Capital, atualmente, 6,3 mil bebês e crianças de zero a cinco anos estão na fila de espera.

Há regiões com maior e menor demanda e há poucas creches no Centro, por exemplo. A rede municipal tem 42 instituições próprias e 214 conveniadas, que atendem atualmente 28 mil alunos.

Demandas

A Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (Smed) afirma que, nos últimos dois anos,

ampliou a oferta em creches em 3 mil vagas. Para acabar com a fila, a pasta calcula que seriam necessários cerca de R\$ 80 milhões, de imediato.

Em Caxias do Sul, a fila tem cerca de 2.506 crianças de zero a cinco anos. A estimativa é de que seriam necessários R\$ 30 milhões para sanar o déficit. Em Canoas, a demanda reprimida é para creche, com 2.240 crianças de zero a três anos aguardando. Para acabar com o déficit, o valor seria de R\$ 25 milhões. Pelotas tem lista de espera de 1.648 vagas, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação. Para atender todas essas crianças, seriam necessários R\$ 35 milhões.

A prefeitura de Santa Maria não informou estimativa de lista de espera. A explicação é que a cidade está em processo de matrículas na rede municipal. No entanto, caso haja compra de vagas para contemplar a todos da lista de espera, o custo pode superar os R\$ 15 milhões anuais.

O que fazer se não conseguir a vaga

Segundo Andréia Paz Rodrigues, defensora pública e dirigente do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca), a Defensoria Pública do Estado (DPE) está em todas as comarcas para ajudar as famílias a conseguirem a vaga desejada. Ela informa que o procedimento pode

mudar um pouco em cada cidade, mas, de modo geral, os documentos necessários são os seguintes:

- RG/CPF dos pais ou responsáveis;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de renda familiar (caso os pais estejam separados, comprovante da pensão alimentícia);

- Comprovante do horário de trabalho dos pais ou responsáveis;
- Certidão de nascimento da criança ou RG;
- Comprovante de inscrição para as vagas da rede pública ou conveniada;
- Negativa da vaga da Secretaria Municipal da Educação;
- Três orçamentos de escolas

particulares, com CNPJ;

- Se a família encontrar-se em situação de vulnerabilidade: relatório do Conselho Tutelar, do CRAS ou Creas, comprovante de recebimento de auxílio do governo etc;
- Para outras informações, as famílias podem acessar o site da DPE: defensoria.rs.def.br.

Municípios menores conseguiram zerar o déficit

Daiane Both, 36 anos, voltou a trabalhar na segunda quinzena de janeiro, quando terminou a licença-maternidade. Como toda mãe, o coração da vendedora de Dois Irmãos, no Vale do Sinos, ficou apertado com a “separação” da pequena Sofia, cinco meses. No entanto, como ela própria admite, esta é uma preocupação boa para os pais.

— Estamos muito felizes e tranquilos porque sabemos que ela está bem cuidada enquanto trabalhamos. Nós buscamos a vaga (em Educação Infantil) logo depois que eu saí do hospital e conseguimos — diz Daiane.

Segundo a Secretaria de Educação de Dois Irmãos, o município não tem fila de espera para a Educação Infantil há cinco anos. Atualmente, são atendidas 1.779 crianças de zero a cinco anos, em 12 escolas próprias da rede municipal e também na unidade da



Daiane Both, de Dois Irmãos, acompanha adaptação da filha Sofia

Fundação de Assistência Social de Dois Irmãos (Fadi). Ainda há vaga para cerca de 70 alunos. Este resultado foi alcançado com a abertura de novas turmas e constantes melhorias e ampliações nas escolas. A prefeitura investe, por ano, pouco mais de R\$ 19 milhões na Educação Infantil.

Campo Bom, também no Vale do Sinos, é outro município sem filas. Desde 2017, foram criadas quase 600 novas vagas no Ensino Infantil da rede pública municipal — 229 só em 2022, quando o déficit terminou. No Bairro Firenze, que ainda não tem atendimento, será construída uma nova

escola infantil, com 190 vagas. Todas as 23 unidades oferecem turno integral para os 3,3 mil alunos de zero a cinco anos.

A prefeitura também tem convênio com duas instituições privadas pra obter vagas. No ano passado, o investimento foi de quase R\$ 35,5 milhões.

Segurança

Hoje, Henrique Werner da Silva tem um ano e dois meses. Ele vai na creche desde os quatro meses. A mãe, Fernanda Werner da Silva, 34 anos, é coordenadora pedagógica em Dois Irmãos. Segurança e tranquilidade são as palavras que definem a sensação de quem nunca precisou esperar para colocar o filho na escola.

— Eu não precisei aguardar. Assim que ele completou quatro meses, procurei e tinha vaga para ele — conta Fernanda.

RS terá consultorias de Ceará e Pernambuco

ISABELLA SANDER

isabella.sander@zerohora.com.br

Com a promessa de ser prioridade no novo mandato do governador Eduardo Leite, a educação ganhou dois reforços importantes: as consultorias de entidades com o know-how de como implementar as mudanças já ocorridas no Ceará e em Pernambuco. Nos últimos anos, os dois Estados do Nordeste se tornaram referências nacionais no ensino público.

O Ceará melhorou seus indicadores tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio e trará sua experiência na área de alfabetização. A consultoria sobre alfabetização será feita pela Associação Bem Comum, criada por especialistas que participaram da reforma educacional do município cearense de Sobral.

Enquanto isso, Pernambuco servirá de modelo especialmente na implementação do Ensino Médio em tempo integral, o que tem rendido bons frutos no que se refere à redução da distorção idade-série e da evasão escolar. O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) fará a consultoria para o governo gaúcho.

— A gente não precisa mais de modelos internacionais. Ambos (Ceará e Pernambuco) são exemplos muito mais próximos da nossa realidade e têm mais de 20 anos de continuidade, independente do governador, do partido que entrou — relata a secretária de Educação do Rio Grande do Sul, Raquel Teixeira.

Duração

A gestora estadual entende que, se já há modelos que deram certo em outros locais do país, não há por que não se espelhar neles.

As consultorias no RS têm duração prevista de três a quatro anos. Nesse período, serão feitas capacitações para coordenadores e profissionais da rede, que servirão de multiplicadores desses conhecimentos em suas regiões e municípios.

GZH
Confira mais detalhes em gzh.rs/consult

